



**Movimentos sociais, educação do campo e desenvolvimento rural no Brasil/
Amazônia: uma análise sob a perspectiva das Epistemologias do Sul**
*Social movements, Education of the countryside and rural development in Brazil/
Amazon: An analyses on the perspectives of Southern Epistemologies*

SANTOS, Luzia Camila Silva dos¹; FERREIRA, Miquéias
Rodrigues²; CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes³.

¹Discente do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e Bolsista PIBIC da Universidade do Estado do Pará (UEPA), luziacamila67@gmail.com; ²Discente do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e Bolsista PIBIC da Universidade do Estado do Pará (UEPA), miqueiasfe01@gmail.com; ³Docente-pesquisador da Universidade do Estado do Pará, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA. Orientador do Projeto PIBIC-UEPA, sergiorcm2001@yahoo.com

Tema Gerador: Políticas Públicas e Conjuntura

Resumo

Essa proposta reflete sobre os temas da educação do campo e do desenvolvimento rural agroecológico no Brasil, em particular na Amazônia, com foco na experiência do MST sob a perspectiva das Epistemologias do Sul. Este texto tem como objetivo apresentar resultados iniciais do projeto de Iniciação Científica: “Desenvolvimento e Educação do Campo na Amazônia: um estudo sobre a experiência do MST sob o enfoque das Epistemologias do Sul”. Essa pesquisa vem sendo realizada com base numa abordagem qualitativa, envolvendo pesquisas bibliográficas e de campo. Como resultados iniciais, é possível identificar uma redefinição da agenda de desenvolvimento e educação do campo do MST com a inserção do tema da agroecologia em seu repertório mais recentemente, o que se apresenta como avanço no debate de resistência e alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural do agronegócio. Contudo, o MST vem enfrentando limitações internas e externas para implementar e avançar nessa redefinição.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Educação do campo; Desenvolvimento Rural; Amazônia.

Abstract

This proposal reflects on the issues of rural education and agroecological rural development in Brazil, particularly in the Amazon, focusing on the experience of the MST from the perspective of Southern Epistemologies. This text aims to present initial results of the project of Scientific Initiation: “Field Development and Education in the Amazon: a study about the experience of the MST under the Southern Epistemologies approach”. This research has been carried out based on a qualitative approach, involving bibliographical and field research. As initial results, it is possible to identify a redefinition of the development and education agenda of the MST field with the insertion of the theme of agroecology in its repertoire more recently, which presents itself as an advance in the debate of resistance and alternative to the hegemonic model of rural development Of agribusiness. However, the MST has been facing internal and external constraints to implement and advance in this redefinition.

Keyword: Social movements; Field education; Rural Development; Amazon.



Introdução

O Grupo de Estudo e Pesquisa em Ações Coletivas, Desenvolvimento e Educação na Amazônia (GEPDETAM) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), através de sua linha de pesquisa: Desenvolvimento, Trabalho e Ações Coletivas na Amazônia, vêm realizando, como parte de suas atividades nesse ano corrente, o projeto de iniciação científica “Desenvolvimento e Educação do Campo na Amazônia: um estudo sobre a experiência do MST sob o enfoque das Epistemologias do Sul”. Esse projeto foi aprovado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), no ano passado para ser implementado no período de agosto de 2016 a agosto de 2017.

Esse projeto tem como objeto de estudo a proposta e experiência de *Desenvolvimento Agroecológico* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e sua relação com a proposta de *Educação do Campo*. Parte-se da **hipótese** de que a incorporação, nos últimos anos, pelo MST do paradigma agroecológico tem produzido mudanças no seu repertório e na sua proposta de desenvolvimento e de educação do campo, ganhando ênfase a dimensão da sustentabilidade, provocando, por conseguinte, reinvenções na experiência social de resistência e na posição do Movimento num campo de resistência contra-hegemônico.

Com isso, esse projeto vem enfrentando as seguintes **questões**:

- A perspectiva e experiência do paradigma de *desenvolvimento agroecológico* do MST pode ser posicionada no terreno de uma experiência de resistência contra-hegemônica? Se sim, sob que discursos e práticas, quais os seus limites e possibilidades para a expansão de sua experiência e fortalecimento frente à agenda neoliberal que passa a ser (re)posicionada no Brasil? Que papel e impacto essa perspectiva e experiência do paradigma de *desenvolvimento agroecológico* do MST vem produzindo renovações na experiência da proposta de educação e de desenvolvimento do campo no âmbito da realidade dos assentamentos rurais da Amazônia, em particular no Pará?

Para esse momento, todavia, procuramos apresentar mais o projeto, com ênfase nesse debate epistemológico acerca desse objeto de estudo, mas já trazemos elementos iniciais da pesquisa de campo.



Metodologia

Como referencial teórico-metodológico, esse projeto de pesquisa se assenta na proposta das *Epistemologias do Sul*, em particular a contribuição do cientista social Boaventura Santos, que tem como base os seguintes procedimentos: a *Sociologia das Ausências*, a *Sociologia das Emergências*, a *Ecologia de Saberes* e o *Trabalho de Tradução* (SANTOS, 2004, 2006). Para o desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa, estamos realizando estudo bibliográfico e iniciamos a pesquisa de campo, para levantamento e coletas de dados. Nele, desenvolvem-se as seguintes “técnicas” dentro da abordagem qualitativa: observação e registro de campo; entrevista de corte semiestruturada. Os espaços de investigação, priorizados pelo projeto, são os assentamentos João Batista localizado, no município de Castanhal, Nordeste paraense, e Mártires de Abril, na região das ilhas de Belém.

Resultados e discussão

No atual contexto da sociedade brasileira de avanço da hegemonia neoconservadora liberal, expressa no fortalecimento de grupos e classes sociais, políticos e econômicos conservadores; no retrocesso de garantias de direitos trabalhistas e sociais e no ajuste fiscal, as conquistas redistributivas mínimas da era *Lulista* tendem a ser mais enfraquecidas ou esvaziadas e evidenciam o colapso do “ensaio” do neodesenvolvimentismo com a inflexão de agenda do país (da América Latina e global) sob a direção hegemônica neoliberal (SINGER, 2015, 2016; DARDOT e LAVAL, 2016).

Se de um lado é importante reconhecer e destacar alguns avanços sociais, uma maior visibilidade de temas e políticas como a agricultura familiar e o desenvolvimento e educação do campo, agroecologia, as questões de gênero, étnico-racial, juventude nos governos Lula e Dilma (DELGADO, 2009, 2010; SINGER, 2016), contudo, foi prioridade uma agenda do agronegócio (DELGADO, 2010; LOUREIRO, 2016), que marcou uma profunda contradição e tensão nesse processo de desenvolvimento e da agenda do governo federal, do Estado e da sociedade brasileiros. Assim, nessas primeiras décadas do século XXI, com o advento do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder executivo federal, o MST ocupou um lugar bem modesto na agenda do Governo Federal se comparado ao lugar garantido ao agronegócio e à financeirização da economia. O Movimento não saiu de cena, mas ocupou um lugar bem mais tímido na agenda pública do país na última década face à emergência dessa agenda neodesenvolvimentista (CORRÊA, 2014), que teve sua expressão forte no PAC e no processo de reprimarização da economia (DELGADO, 2010; LOUREIRO, 2016; SINGER, 2015, 2016).



Em seus estudos, Almeida (2010; 2011) já identificava como os marcos regulatórios vinham sendo “recodificados” por pressão das forças sociopolíticas e econômicas conservadoras (nacionais e internacionais) para avançar com o agronegócio e com os grandes projetos de infraestrutura no país e especificamente na Amazônia. Ele verifica que os “direitos territoriais e étnicos” de povos e comunidades tradicionais e camponesas estão na mira das “agroestratégias dos agronegócios”, levando a processos de “desterritorialização” desses povos e comunidades, reforçando e expandido no Brasil, em particular na Amazônia, a pressão e territorialização do capital “dos agronegócios” sobre as terras e territórios dessas populações e comunidades camponesas, levando a uma “guerra ecológica”.

Borssato e Carmo (2014), em seu estudo sobre o MST, identificam mudanças recentes significativas na defesa da reforma agrária com a adoção em seu discurso da agroecologia. Esses autores identificam que a defesa dessa perspectiva da agroecologia no movimento, baseada no discurso chayanoviano, “está em curva ascendente, em contraponto ao discurso antes vigente de coletivização e fomento de grandes unidades de exploração agrícola especializadas de inspiração no marxismo ortodoxo”. Sustentam, ainda, que essa matriz agroecológica tem ocupado um lugar no MST, que “vai muito além da dimensão produtiva, agregando forte questionamento político” (BORSSATO; CARMO, 2014, p. 645).

Como destacam esses autores, a apropriação e adoção desse paradigma da agroecologia pelo MST expressa, além dos avanços, também, imites e dificuldades do movimento em expandi-la e territorializá-la para um conjunto mais amplo dos assentamentos rurais e avançar da proposta à concretização na prática. Conforme esses autores, existem diversos fatores que influenciam e dificultam a mudança da organização da produção dos assentados para uma transição da agroecologia. Dentre esses fatores, identifica-se a assistência técnica, a formação, a carência de crédito e investimento. É com base nessa *experiência social* de resistência do MST, com foco no paradigma agroecológico de desenvolvimento, que vem sendo incorporado pelo movimento ao seu repertório e discurso político em defesa da reforma agrária e de projeto de país, que esse projeto vem traçando uma investigação.

Boaventura Santos (2004, 2006) adverte sobre a produção social da não existência pelo paradigma hegemônico da Razão Indolente, que vem excluindo e invisibilizando um conjunto diverso e plural de experiências sociais impondo uma monocultura do saber científico e da produtividade sob o viés capitalista, colonialista e patriarcal, exigindo, assim, que se interprete esse contexto para além de uma condição binária de classes e para além de um culturalismo em si. Em face disso, ele defende a urgência



e necessidade de trazer à tona as experiências sociais invisíveis e excluídas por esse paradigma hegemônico, para alargar o presente e criar a possibilidade de construção de caminhos contra-hegemônicos vindos de baixo, do Sul, das classes populares subalternas. Para isso, ele chama atenção para se pôr a vista esses conhecimentos e experiências sociais ausentes e invisíveis, através dos procedimentos da *Sociologia das Ausências*, da *Sociologia das Emergências*, da *Ecologia de Saberes* e do *Trabalho de Tradução Intercultural* (SANTOS, 2006).

Essas suas formulações se inscrevem no que esse autor vem denominando de Epistemologias do Sul (2004; 2006; 2010) e que ajudam a dialogar com o pensamento latino-americano crítico, tendo em vista alargar a interpretação e compreensão do mundo (em particular desse Sul invisível – capitalismo periférico brasileiro) e construir novos caminhos de sociabilidade (alternativas) sob o enfoque dos que sofreram e sofrem com o sistema capitalista, colonialista e patriarcal, isto é, uma interpretação da realidade a partir dos colonizados e dominados (subalternos, oprimidos, excluídos..), ajuda a inscrever novas histórias e narrativas, alargar a complexidade do mundo e criar novas alternativas aos sistemas hegemônicos de dominação. Isso tem nos ajudado a jogar outras interpretações sobre a realidade brasileira, em particular amazônica, com foco no debate da educação do campo e do desenvolvimento rural agroecológico com base na experiência do MST (CORRÊA *et al*, 2016).

Conclusão

Nessas pesquisas recentes, tem-se verificado mudanças importantes no MST com a inserção e defesa do paradigma agroecológico de desenvolvimento rural em sua agenda de luta e resistência em defesa de outro projeto de nação e de sociedade em nível local, nacional e transnacional e avançando, também, de forma multidimensional, relacionando com temas e questões ambientais, de gênero, étnico-raciais e territoriais. O que se percebe é que a pauta e dimensão econômica, estrutural de classes, que ainda recebe muita ênfase no MST, vai se coadunando a essas novas temáticas e questões, relativizando o tom do seu diapasão produtivista e estruturalista, reconfigurando, por conseguinte, uma plataforma de resistência e luta contemporânea, que coloca em debate e em cena novas dimensões de opressão e dominação e, também, de luta e resistência, que precisam ser enfrentadas em busca da construção de caminhos de novas alternativas de sociabilidade. Nesse horizonte, a presente pesquisa, em seu esforço analítico inicial, identifica que essa reconfiguração do repertório e da luta do MST assinala uma imersão diferente no campo de resistência contra-hegemônico e de debate do desenvolvimento, em particular do desenvolvimento rural e da reforma



agrária, inserindo dimensões e questões ambientais e simbólico-culturais ao debate político-econômico e, assim, pautando uma necessidade de revisão e problematização da agenda anterior de luta e resistência e de interpretação do lugar desse sujeito coletivo no Brasil e no debate do desenvolvimento e da questão agrária do país, que passa por uma crítica redefinida e contextualizada ao capitalismo (periférico) e, também, à colonialidade do poder e do saber (SANTOS, 2006, QUIJANO, 2010).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: ALMEIDA, Alfredo W. B; SAUER, Sérgio (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

_____. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas do agronegócio. In: ALMEIDA, Alfredo et al (Orgs.). **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Laparina, 2010.

BORSATTO, R. S e CARMO, M. S do. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **RESR, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 4, p. 645-660, Out/Dez 2013** – Impressa em Fevereiro de 2014.

CORREIA, S. R. *Met al*. Educação do Campo, Desenvolvimento e Movimentos Sociais na Amazônia: uma análise a partir das Epistemologias do Sul. Trabalho apresentado e publicado na ANPED-Norte – Belém, Pará, Out/2016.

CORREIA, S. R. M. Questões históricas e atuais do debate sobre o tema do desenvolvimento no Brasil. In. **As lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre diante do Projeto Hidrelétrico Belo Monte**. Tese de Doutorado – Campina Grande, 2014.

DELGADO, N. Introdução. Brasil Rural em Debate: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF-MDA, 2010.

_____. Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional (2009). Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2010.

LOUREIRO, I. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In. SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Gráfica Coimbra; Janeiro, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula Menezes. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para Uma Vida Descente. Um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Cutucando Onças com Varas Curtas. **Caderno Novos Estudos**, Nº102 □□ Julho 2015.

_____. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.